

Movimentos Sociais e a Reforma Política: Uma análise baseada em Redes Sociais.

Júlio Cesar Andrade de Abreu
Universidade Federal da Bahia
julioabreu@ufba.br

José Antônio Gomes de Pinho
Universidade Federal da Bahia
jagp@ufba.br

RESUMO

Este trabalho compõe um estudo mais amplo que ainda está em fase de construção sobre as influências da sociedade civil organizada no desenvolvimento de artefatos de democracia participativa eletrônica. O objetivo do presente artigo é estudar o caso e apresentar o formato de organização da Plataforma de Movimentos Sociais (PMS) pela reforma do sistema político. Para tanto foi utilizada uma metodologia de análise de redes onde se realizou o mapeamento das relações entre as organizações que compõem a Plataforma. Em um primeiro momento analisou-se as vinte e uma organizações base para em seguida analisar os movimentos que compõem estas organizações. Todo o processo de mapeamento, criação da matriz de relacionamento, cálculo da centralidade, intermediação e proximidade foi realizado com o uso dos softwares UCINET® e NetDraw®. Conclui-se que através do mapeamento foi possível identificar que existem personagens (nós) chaves que atuam em mais de uma sub-rede exercendo influencia sob a PMS e que estes nós da rede também tem papel fundamental em sua dinamização e resultados.

Palavras - chaves: Redes Sociais; Movimentos Sociais; Sociedade da Informação; Reforma Política.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com forte desigualdade social. Ainda que nos últimos anos o país tenha experimentado alguma redução deste cenário (RDH, 2006), este movimento ocorre de forma muito tímida, aquém das reais necessidades da sociedade contrapondo inclusive as demais mudanças que ocorrem em nosso meio, caracterizado pela velocidade e a interligação, típicas de uma sociedade em rede (ou sociedade da informação).

A sociedade em rede é um termo empregado por diversos autores entre eles, Manuel Castells, para designar o atual estágio de desenvolvimento econômico e social onde a informação e o conhecimento desempenham papel fundamental na produção de bens, na estruturação e organização social baseados no fenômeno da globalização. Segundo o autor, a revolução tecnológica concentrada nas TICs (tecnologias da informação e da comunicação) foi preponderante para “remodelar as bases materiais da sociedade em ritmo acelerado [...] economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma forma de relação entre economia, Estado e Sociedade em um sistema de geometria variável” (CASTELLS, 2007:39).

Evidentemente o Brasil não está imune a estas mudanças que acentuaram ainda mais o abismo que existe entre ricos e pobres. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, “em 2005 a renda domiciliar *per capita* dos 10% mais ricos era 50 vezes maior que a renda domiciliar *per capita* dos 10% mais pobres” (IPEA, 2007 apud MARQUETTI et alli, 2008). Ou seja, as aceleradas mudanças que ocorrem na sociedade em rede (no âmbito dos processos industriais, comunicativos e tecnológicos) parecem não refletir com mesmo ímpeto

nos problemas crônicos da realidade brasileira, que em alguns casos vê em câmera lenta sempre o mesmo filme: desigualdade social acentuada, sistema político corrompido e uma *democracia delegativa* onde a falta de transparência e de participação popular são constantes.

A busca pela mudança e transformação deste quadro segue diversos caminhos no olhar do meio acadêmico, indo de discursos sobre a luta de classes (para as tendências marxistas) passando pelo viés hegemônico de tais situações (para os gramscianos) até chegar às propostas de Estado Mínimo de algumas tendências liberais.

Já no âmbito dos movimentos sociais também se percebe tendências diversas para explicar e principalmente transformar esta realidade, dentre as quais se destaca para este trabalho, a linha dos movimentos sociais que propõem uma reforma do sistema político brasileiro.

Ainda que não esteja se referindo à realidade brasileira, Castells visualiza este quadro de degradação e afirma que os “sistemas políticos estão mergulhados em uma crise estrutural de legitimidade, periodicamente arrasados por escândalos, com dependência total de cobertura da mídia e de liderança personalizada e cada vez mais isolados dos cidadãos.” (2007:43)

De fato, ainda que as causas da desigualdade brasileira tenham diversas origens (MARQUETTI et alli, 2007) históricas, econômicas e culturais uma de suas raízes reside no poder que as elites possuem para influenciar a agenda dos governos em benefício próprio (SKIMORE, 2005 apud MARQUETTI et alli, 2007). Ou seja, a questão política surge como o cerne da questão acerca das mudanças sociais e quanto maior for o poder de participação popular não só na escolha dos governantes, mas também no processo decisório do Estado, melhor será o equilíbrio de forças entre elites dominantes e a população segregada politicamente de poder e influência no sistema. Na atual configuração o Estado apenas reproduz desigualdades haja vista que apenas uma pequena parcela da população consegue ter voz na construção das políticas públicas.

Marco Aurélio Nogueira ressalta que,

“O processo de construção da cidadania moderna realiza-se como uma sucessão ininterrupta de batalhas e esforços em prol da afirmação de direitos associados à liberdade, à participação nos destinos do Estado e à igualdade em termos de condições dignas e decentes de vida.” (NOGUEIRA, 1999:61 *grifos nossos*)

A luta pelo poder em qualquer sociedade é sempre um processo árduo. Isso porque quem detém o poder não quer compartilhá-lo ou muito menos perdê-lo. Logo, toda iniciativa que busque democratizar o poder decisório é afrontada pelo poder vigente. A luta por maior possibilidade de participação, cidadania e poder decisório, que ameace a ordem hegemônica, se apresenta como algo complexo.

“Acompanha, nesse particular, a crescente complexificação das sociedades contemporâneas, marcadas pelos processos da pós-industrialização, da fragmentação, da diferenciação, do corporativismo. [...] Por um lado, pela hegemonia neoliberal, que reduz a confiança dos cidadãos na política, em seus mecanismos e instituições, nos atores políticos, no Estado, na vida pública. Por outro lado, pela dificuldade que a política (o governar sobretudo) está tendo de se adaptar às radicais mudanças estruturais com que convivemos hoje, demarcadas pela interpenetração de globalização econômica [...], de um novo padrão produtivo e de um novo sistema de produção e difusão de informações.” (NOGUEIRA, 1999:62 *grifos nossos*)

A complexificação das sociedades contemporâneas, como bem ressalta Marco Aurélio Nogueira, sugere muitas vezes novas idéias e novas iniciativas. Surge então a questão central deste trabalho: Como se organizam, na sociedade em rede, os movimentos sociais que

reivindicam a mudança do atual sistema político e quais foram os resultados já obtidos? Justifica-se tal questionamento dada a configuração da sociedade da informação e seus reflexos na organização das instituições e das entidades do chamado terceiro setor.

Dadas as características de intensa velocidade no compartilhamento de informações, produção do conhecimento e integração, parte-se para uma análise da questão central deste artigo, com o viés das redes sociais. O trabalho se organiza da seguinte forma: Primeiro são apresentados os referenciais teóricos da sociedade em rede e da reforma do sistema político; em seguida desenvolve-se um tópico sobre os estudos de redes sociais, onde é apresentada a metodologia empregada bem como as ferramentas usadas na pesquisa. Após isso, é apresentado o movimento estudado, suas características, reivindicações e sua organização sob o olhar das redes sociais e como produto desta pesquisa. Prossegue-se com a conclusão e alguns apontamentos para novas investigações.

2. SOCIEDADE EM REDE, CRISE E REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO: UM OLHAR GRAMSCIANO

O sistema político brasileiro é caracterizado por sérios problemas estruturais. Desde o beneficiamento crônico de políticos com inúmeras vantagens, tidas como “regalias” e desnecessárias pela sociedade (como auxílio “paletó”; décimo quarto salário; duas férias no ano, só para citar alguns exemplos no caso de Deputados Federais) até a permeabilidade para práticas se não ilícitas ao menos imorais como paternalismo, clientelismo, fisiologismo partidário, nepotismo, *lobby*, infidelidade partidária, etc.

Muito se tem discutido sobre a reforma do sistema político (que está tramitando no Congresso Nacional há tempos), mas pouco efetivamente foi feito. O debate é sempre retomado em época de crise política e se resume à questão do sistema eleitoral (regras sobre fidelidade partidária, sistema de votação distrital, listas fechadas etc.). Tudo isso contribui para a corrosão da imagem dos políticos e para o descrédito de todo o sistema por parte da população em seus representantes.

Percebe-se uma crise da representação política brasileira a qual Genro (2002) afirma ser global. Diversas nações enfrentam crises de legitimidade e credibilidade em seus sistemas políticos junto às populações locais. Há um desafio para as instituições democráticas modernas quanto à legitimidade dos representantes eleitos, o que sugere o surgimento de alternativas ao modelo vigente e deixa claro o desgaste do sistema de democracia representativa no caso brasileiro e em várias democracias no mundo. Há um esvaziamento do conceito de democracia, pela inércia do Estado e sua impotência diante dos desafios sociais que são apresentados e principalmente pela incapacidade que os representantes eleitos têm para mudar as realidades sociais e atender as demandas colocadas pelos eleitores (GENRO, 2002).

Várias são as causas deste fenômeno. Castells credita à globalização dos capitais, parte da inércia dos Estados perante os problemas sociais, lembrando que “*En la década de los noventa, en todas las grandes economías, menos China, la circulación transfronteriza de capital supera con mucho el producto interior bruto del país, cuando a principios de los ochenta esa proporción no superaba el 25% del PIB.*” (CASTELLS, 1998, p.4). Ou seja, o fluxo intenso de capitais com pouca regulação pode influir, na visão de Castells, na ação dos Estados-Nações. O autor prossegue afirmando que a economia contemporânea é “informacional, global e em rede” (2007:119) destacando as principais características desta na sociedade em rede.

A informação apresentada por Castells pode ser um indicador da influência do poder econômico sobre os Estados integrados pela globalização. Porém, com a característica da integração na sociedade em rede, esta influência não se limita aos fluxos de capitais ou temas

monetários. Ele perpassa a economia e começa a influir no Estado como um todo, atingindo inclusive a dimensão política da sociedade e o regime de organização do sistema político. Os conceitos de hegemonia e contra-hegemonia de Gramsci são particularmente úteis para analisar estes fenômenos principalmente a política e a democracia.

Para Gramsci um movimento hegemônico ocorre quando há uma combinação de liderança ou direção política e econômica com dominação exercida por meio do consentimento, da força e da imposição. Isso pode ocorrer entre classes ou mesmo entre Estados Nações. Goes (2007) afirma que diante de uma hegemonia globalizada, formada principalmente por idéias neoliberais e de democracia representativa, que acentuam as desigualdades sociais e monopolizam as decisões políticas e econômicas no mundo, surgem forças diversas que realizam pequenas disputas e lutas. A organização de setores insatisfeitos e a criação de alternativas às opções hegemônicas são entendidas como ações contra-hegemônicas.

No que tange a democracia as influências ficam claras a partir da visão imposta por uma nação para as demais de que “países onde não há a adoção de uma economia capitalista não podem ser democráticos, mesmo que tenham eleições periódicas com grande participação popular.” (MAGALHAES, 2004, p.2). Segundo Magalhães (2004), há uma apropriação do discurso democrático pelo poder econômico privado o que gera uma distorção, por exemplo, no uso da mídia (rádio, jornais, TV e Internet) para torner a opinião pública. O episódio da guerra no Iraque, onde o governo americano conseguiu aproximadamente setenta por cento da aprovação da opinião pública para uma guerra injustificada, apenas manipulando a mídia corrobora a afirmação de Magalhães.

Quando o sistema político de uma democracia é dominado por uma lógica hegemônica vive-se uma situação “como se a política já não conseguisse mais seduzir as pessoas, dada a alta dose de pasteurização e desencantamento a que foi levada pela sua absorção pelo mundo do ‘espetáculo’” (NOGUEIRA, 1999, p.61). A participação, o questionamento e a cobrança não são bem vistos pela ordem hegemônica. E Marco Aurélio Nogueira segue seu raciocínio advogando que

“A perda de confiança na política deriva de um projeto de dominação e de uma hegemonia, dedicados a superpor o mercado ao Estado, o econômico ao político, o privado ao público. Mas é também, e, creio, sobretudo, a extensão direta de uma mudança estrutural, de uma modificação na forma mesma como se passou a viver na era da informação e da comunicação em que nos encontramos.” (NOGUEIRA, 1999, p. 61, grifos nossos)

De fato, a era da informação e da comunicação a que se refere Nogueira produz diversas mudanças estruturais. A principal delas é a organização em rede, (CASTELLS, 2007) tanto dos capitais e do poder econômico que buscam a manutenção da ordem hegemônica, como de outras instâncias da sociedade. No que tange o controle do poder percebe-se uma descentralização da figura do Estado. Novos pólos surgem mesmo não sendo legitimamente e democraticamente instituídos (alguns exemplos seriam as empresas multinacionais ou mesmo grandes conglomerados de indústrias globais) que conseguem influenciar decisivamente as decisões e a agenda pública. Pode-se aplicar o conceito de Dahl (2005) sobre a poliarquia para esta descentralização do poder do Estado que ao mesmo tempo é centralizado nas elites da sociedade, nos conglomerados de capitais globais e nas redes de influência política se afastando das camadas populacionais mais baixas. Nogueira corroborando com esta idéia diz que,

“Os efeitos da mundialização do capital combinada com revolução tecnológica e informacionalização afetam de modo particularmente forte os mecanismos e valores da representação, da governabilidade democrática e do Estado.

O próprio mundo precisa ser analisado de outra maneira, na medida mesma em que os Estados-nação são forçados a dividir o cenário com organizações, companhias e movimentos transnacionais, a compartilhar, em suma, a sua soberania. Forma-se uma sociedade mundial que não se faz acompanhar de um Estado mundial, ou seja, “uma sociedade que não está politicamente organizada e na qual novas oportunidades de poder e de intervenção surgem para os atores transnacionais, que não possuem a devida legitimidade democrática” (Beck, 1999, p. 58).” (NOGUEIRA, 2003, p.157)

A crise do sistema político brasileiro tem então, estreita relação com a manutenção da ordem hegemônica dos capitais e do poder, que influenciam a legitimidade dos representantes eleitos democraticamente. E esta crise está mais acentuada no atual cenário de informatização e de tecnologias de comunicação proporcionados pela sociedade em rede.

Mas as TICs, em especial a Internet, que são tão presentes na sociedade em rede possuem uma característica instigante: Servem como ferramenta de comunicação em massa propagando o pensamento hegemônico da mesma forma que a TV, o rádio e os jornais, mas diferentemente desses a Internet, por sua lógica livre e desregulada, também funciona como meio para propagação de alternativas contra-hegemônicas.

Percebe-se a formação de redes sociais diversas na Internet e chama a atenção a organização de alguns movimentos sociais, fóruns, articulações e ONGs (organizações não-governamentais) motivadas pela crise do sistema político e com proposições consistentes para uma reforma não só do sistema eleitoral, mas também para partilhar o poder decisório, de forma democrática, participativa e transparente constituindo assim uma alternativa contra-hegemônica.

3. OS ESTUDOS SOBRE REDES SOCIAIS: PRINCIPAIS REFERENCIAIS, CONCEITOS E METODOLOGIA EMPREGADA

A proposta deste trabalho é identificar o formato de organização da Plataforma de Movimentos Sociais pela reforma do sistema político (PMS) e seus resultados obtidos até o momento. Para tanto é fundamental entender o que são redes sociais e qual o atual estágio de desenvolvimento das pesquisas na área.

Os estudos sobre redes sociais não são tão recentes e a própria organização em redes já é algo peculiar aos seres humanos. As pessoas buscam uma aproximação com seus semelhantes e vai estabelecendo relações de trabalho, amizade e interesses diversos (TOMAÉL et alii, 2005).

Por redes sociais entende-se a união de atores sociais em torno de interesses comuns compartilhando informações e recursos. Marteleto (2001) defende que

“Entre as diversas significações que “rede” (network) vem adquirindo, apesar de não se limitar somente a elas, [...] nos servem as seguintes: sistema de nodos e elos; uma estrutura sem fronteiras; uma comunidade não geográfica; um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com uma árvore ou uma rede.” (MARTELETO, 2001, p.2)

A análise de redes sociais é particularmente útil em nossa sociedade por suas características de integração e fluxo informacional. É possível identificar, com detalhes, padrões de relacionamento entre atores e se associada ao tempo, pode-se observar claramente as mudanças ocorridas (MARQUES, 1999) além da possibilidade de representação gráfica da rede.

Os elementos básicos das redes são os nós, os vínculos e os fluxos. Cada ator social em uma rede é chamado de nó ou elo. A soma de todos os nós indica o tamanho da rede,

graficamente são representados (normalmente) por circunferências. A relação que cada nó apresenta com os demais é chamada vínculo e são representados por linhas. Os fluxos indicam a direção do vínculo e podem ser unidirecionais ou bidirecionais (ALEJANDRO & NORMAN, 2005). A figura 1 apresenta os elementos básicos de uma rede social.

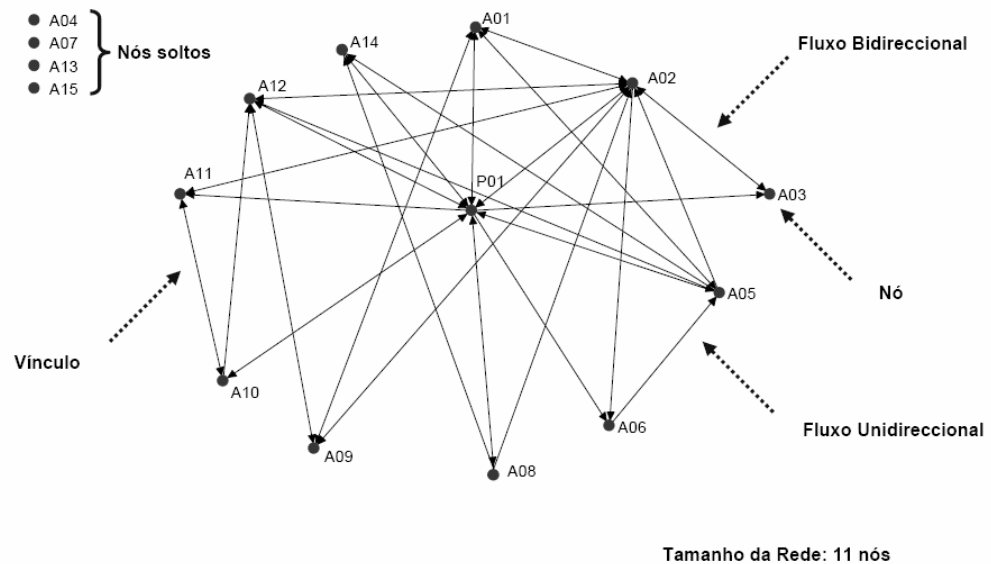


Figura 1: Elementos básicos de uma rede. Fonte: Alejandro & Norman, 2005

A análise em rede fornece vários indicadores para refinar as conclusões sobre o objeto estudado. Destacamos os seguintes indicadores (ALEJANDRO & NORMAN, 2005):

- **Densidade:** Indica em valores percentuais, o nível de conectividade da rede. Ela é obtida através do quociente das relações existentes com as relações possíveis;
- **Centralidade:** Refere-se ao número de atores que um ator está diretamente relacionado;
- **Centralização:** Trata-se de uma condição especial onde um ator exerce papel claramente central na rede. Um exemplo seria o nó P01 na figura 1;
- **Intermediação:** É a capacidade que um ator tem em intermediar as comunicações entre os demais nós. Também são chamados atores-pontes;
- **Proximidade:** Indica a capacidade de um ator alcançar todos os demais nós da rede.

Outros conceitos serão apresentados ao longo da análise dos resultados. Para a elaboração e representação gráfica de uma rede é necessária a criação de uma matriz de relações, que indica os vínculos e fluxos dos nós e ainda auxilia o cálculo dos indicadores. Para tanto foi utilizado o *software* UCINET 6.0®¹.

Toda a investigação foi conduzida pela Internet. Entende-se que este é um canal de comunicação com características contra-hegemônicas e como o presente trabalho tem como proposta uma pesquisa sobre as novas configurações e organizações dos novos movimentos sociais é importante associar às redes sociais o efeito das TICs. Marteleto afirma que,

“Numerosos estudos, nas últimas décadas, têm mostrado as mudanças no perfil e na dinâmica dos movimentos sociais. A mudança básica estaria relacionada à alteração do seu foco mobilizador e reivindicatório da esfera da produção e do trabalho para as “condições de vida da população”. Essa

nova face dos movimentos os caracteriza como ações de exigência de atendimento de novas necessidades e, portanto, como lutas pela ampliação do acesso ao espaço político e aos benefícios do desenvolvimento econômico.”(MARTELETO, 2001, p.3)

Ora, se a Internet tem papel central na sociedade em rede, nada mais adequado do que analisar a organização dos movimentos na grande rede mundial de computadores.

O objeto desta pesquisa (selecionado de forma arbitrária e por conveniência) é a Plataforma de Movimentos Sociais (PMS) pela Reforma do Sistema Político, cujo sítio é <http://www.reformapolitica.org.br>. Trata-se de um conglomerado de movimentos, fóruns, articulações, associações e ONGs que buscam influenciar o processo de reforma política do Estado brasileiro. Esta Plataforma entende que a “reforma política não se restringe ao sistema eleitoral, mas, sim, aos processos decisórios, portanto, do próprio poder.” (PMS, 2008, p.4). Tal seleção se justifica dadas as características reivindicatórias da PMS que busca um sistema político com mais participação popular e conseqüente divisão do poder, sua caracterização contra-hegemônica e sua ação na Internet.

O processo metodológico deste trabalho contou com uma investigação durante um mês do sítio da PMS onde foram identificados quais eram os movimentos, ONGs ou associações que compunham a plataforma. Estes dados foram usados para compor a base primária da PMS, ou seja, organizações básicas da PMS. Porém, as organizações que estão na base da PMS possuem outras organizações em sua composição. Um exemplo disso é o MNDH (Movimento Nacional pelos Direitos Humanos) que possui uma grande gama de associações, ONGs e movimentos em sua composição. Com isso, em um segundo momento, investigou-se a composição das organizações base. Tal procedimento é justificado, pois um mesmo movimento pode compor várias associações ou fóruns. Um exemplo é a ONGs Criola, que participa da REBRIP (Rede para Integração dos Povos) e do MNDH ao mesmo tempo. A figura 2 ilustra este processo:



Figura 2: Organização básica da PMS. Fonte: Elaborado pelo autor.

Todos os dados foram lançados no *software* UCINET® para montagem da matriz de relacionamento e cálculo dos indicadores. Foi obtida uma matriz com 924 nós. Após isso, foi empregado o *software* NetDraw® do mesmo fabricante do UCINET® para a representação gráfica da rede. As análises e os resultados obtidos podem ser vistas no próximo tópico.

4. A PLATAFORMA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA ORGANIZAÇÃO EM REDE

Desde 2005 um grupo de movimentos sociais, associações, redes, ONGs e fóruns discutem a questão da reforma do sistema político brasileiro. Diferentemente da reforma debatida no Congresso Nacional em tempos de crises políticas, esta reforma proposta pela plataforma de movimentos sociais (PMS) é bem mais ampla e vai além do sistema eleitoral.

A proposta é ousada e busca discutir o atual sistema baseados nas seguintes questões, que foram colocadas como desafios da Plataforma:

“Como ampliar e democratizar os mecanismos da representação política? Como aprofundar os mecanismos de participação popular? Como criar mecanismos de controle social sobre o Judiciário? Sobre os conglomerados empresariais da mídia comercial, atores políticos eles mesmos? E sobre a política econômica, colocando-a a serviço da igualdade e da justiça? Como sustentar o caráter laico do Estado brasileiro? Como romper a fragmentação dos atuais mecanismos de participação cuja efetividade é baixíssima? Como aprofundar e radicalizar a democracia participativa construindo um sistema de participação que articule e potencialize a nossa participação nos debates sobre o Ciclo Orçamentário? Nas conferências e conselhos de políticas, conferindo legitimidade e poder de decisão a estes espaços?” (PMS, 2008, p.5)

Trata-se de um grande desafio que condiz, contudo, com a necessidade de superação dos limites hegemônicos reinantes do sistema político. Em 2007, após um amplo debate com as organizações que compõem a base, chegaram a um modelo que atendesse aos princípios da Plataforma e respondessem aos desafios de reforma do sistema. Tal modelo toca em um ponto chave da crise do sistema político ao reivindicar não só mais participação, mas também um compartilhamento do poder. A “radicalização da democracia” (PMS, 2008, p.7) é a via escolhida para condução da reforma do sistema.

Esta proposta, que envolve maior participação e empoderamento da população nas decisões públicas, pode, possivelmente, reverter o quadro descrito por Nogueira:

“Com a firme ampliação da quantidade e da velocidade de circulação das informações e, simultaneamente, com a diferenciação da sociedade e a complicação das identidades, a vontade política já não tem mais facilidade para reunir os interesses multiplicados ou mobilizar cidadãos ativos, isto é, indivíduos empenhados em ponderar, refletir e acima de tudo intervir conscientemente no processo mesmo de tomada de decisões.” (NOGUEIRA, 1999, p.71)

Repensar o sistema político na sociedade em rede é algo que exige muito mais do que boa vontade, mas também organização, por isso a Plataforma dos Movimentos Sociais, objeto deste estudo foi analisada à luz das redes sociais, em processo metodológico descrito anteriormente.

“Redes, durante quase todo o tempo, são estruturas invisíveis, informais, tácitas. Elas perpassam os momentos da vida social, mas praticamente não se dão a ver – são o conjunto de ‘conexões ocultas’, como diria Capra; ou a ‘estrutura submersa’, nas palavras de Alberto Melucci. A noção de horizonte refere-se a essa incapacidade de se saber a extensão da rede para além de certo ponto. Na prática social, cada uma das pessoas possui muitos círculos de relacionamento, mas não sabe quantos eles são ou como identificá-los. Na verdade, as pessoas, de modo geral, só

vêm a rede quando precisam dela.” (COSTA et alii, 2003, p.69).

A análise de redes sociais favorece a visualização das diversas conexões estabelecidas entre os atores sociais. Após a tabulação dos dados nos softwares UCINET e NetDraw foi obtido o seguinte gráfico de interligação das organizações que compõem a PMS, direta ou indiretamente (figura 3).

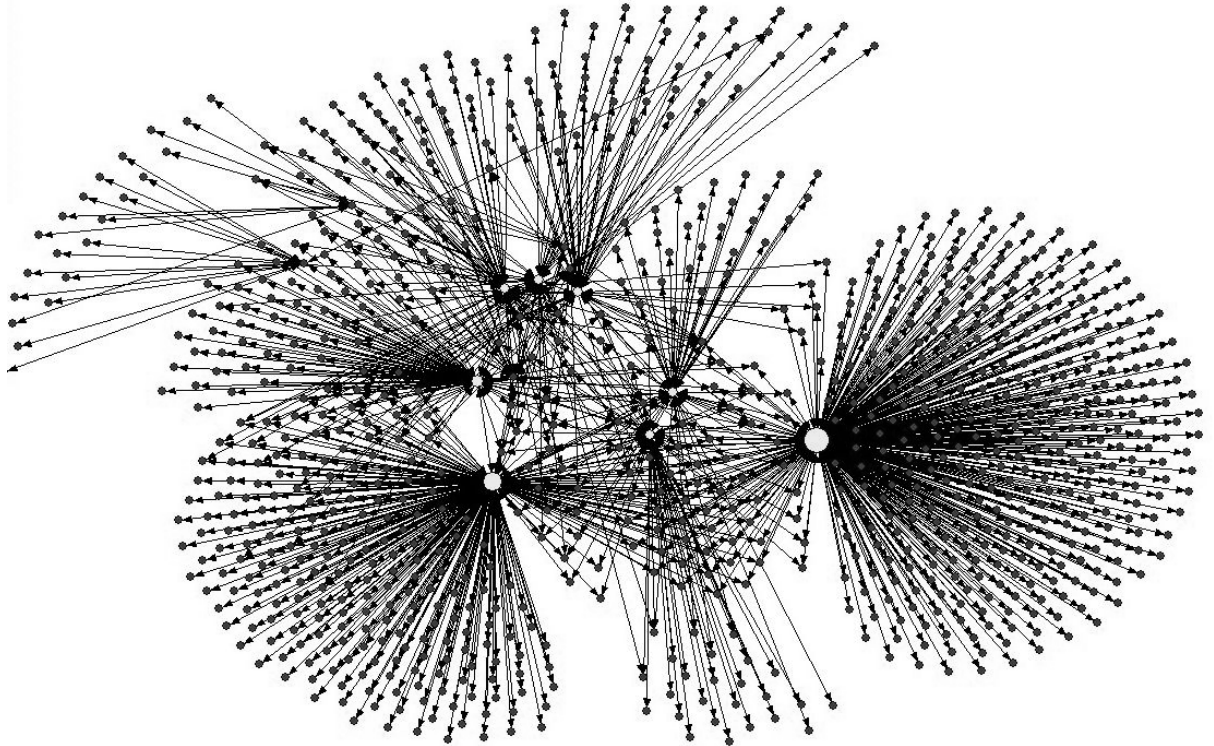


Figura 3: Rede Social da Plataforma de Movimentos Sociais. Fonte: Elaborado pelo autor.

O resultado apresenta uma rede complexa, composta por 924 nós e 110 cliques. Cliques são na verdade relações mais próximas, mais íntima entre os atores de uma rede social. Marteleto (2001) diz que “na leitura geral da rede, as cliques podem representar uma instituição, um (sub) grupo específico e mesmo identificar a movimentação em torno de um determinado problema.” (p.10) Esta informação é interessante para análises combinadas com dados qualitativos (que ainda não estão disponíveis nesta etapa da pesquisa e serão empregados em um estudo oportuno).

Quanto à centralidade da rede notamos uma alta concentração em alguns movimentos chaves da rede. Estes movimentos são indicados na cor cinza na Figura 3. Segundo Marteleto (2001),

“Calcular a centralidade de um ator significa identificar a posição em que ele se encontra em relação às trocas e à comunicação na rede. Embora não se trate de uma posição fixa, hierarquicamente determinada, a centralidade em uma rede traz consigo a idéia de poder. Quanto mais central é um indivíduo, mais bem posicionado ele está em relação às trocas e à comunicação, o que aumenta seu poder na rede.” (MARTELETO, 2001, p.11)

A autora prossegue lembrando que centralidade é a posição de um ator em relação aos demais na rede, considerando como medida a quantidade de elos entre eles.

Na tabela 1 podemos verificar o grau de centralidade das dez principais organizações da Plataforma.

Código	Sigla da organização	Grau Centralidade
736	MNDH	428.000
14	ABONG	284.000
830	RB	86.000
539	FBO	62.000
712	MCCE	62.000
556	FENDH	61.000
531	FAOR	50.000
834	REBRIP	45.000
820	PMSRSP	26.000
571	FNPP	19.000

Tabela 1: Grau de Centralidade da Rede de PMS. Fonte: Elaborado pelo autor.

O nó MNDH apresenta a maior centralidade da rede, seguido pelo nó ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais). Outro indicador importante sobre centralidade é o Índice de Centralização (*Centralization Index*), que mostra a condição em que um ator tem papel central na comunicação da rede, ou seja, para que um nó se comunique com outro deve obrigatoriamente passar por este ator central. Para exemplificação seguem as figuras 4 e 5 indicando os percentuais do índice de centralização de uma rede.

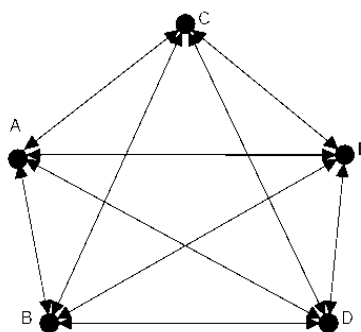


Figura 4: Grau de concentração 0%. Fonte: ALEJANDRO & NORMAM, 2005.

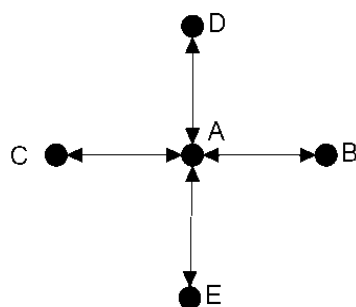


Figura 5: Grau de concentração 100%. Fonte: ALEJANDRO & NORMAN, 2005.

O índice de centralização da rede da PMS é de 46, 20% (*Network Centralization = 46.20%*). Outro critério que se destaca é o da Centralidade de Proximidade (*Closeness Centrality*). Sobre este indicador, Marteleto (2001) diz que “em relação à proximidade, um ator é tão mais central quanto menor o caminho que ele precisa percorrer para alcançar os outros elos da rede. Isso mede, em última análise, a sua independência em relação ao controle de outros.” (p.11). A tabela 2 apresenta as dez organizações com maior grau de centralidade de proximidade.

Código	Sigla Organização	Grau de Centralidade de Proximidade
736	MNDH	12.895.000
670	INESC	12.989.000
712	MCCE	12.994.000
556	FENDH	13.036.000
144	CCLF	13.089.000
14	ABONG	13.101.000
646	IBRACE	13.128.000
532	FASE	13.145.000
350	CENDHEC	13.161.000
324	CEDECA	13.175.000

Tabela 2: Grau de Centralidade de Proximidade da Rede PMS. Fonte: Elaborado pelo autor.

Novamente o destaque é o MNDH, seguido pelo INESC (Instituto de Estudos Sócio-Econômicos). Confirma-se a mobilidade no fluxo informacional do MNDH na rede através dos indicadores do grau de centralidade de proximidade (Tabela 2) e do grau de centralidade (Tabela 1). Ainda que a ABONG seja a principal organização de articulação da Plataforma pela representatividade e pró-atividade de seus participantes (informação constatada em documentos internos da PMS) é o MNDH que apresenta maior dinâmica. Tal fato pode ser atribuído ao fato de que o MNDH é a organização que possui maior capilaridade no país. Várias outras organizações estão vinculadas ao MNDH. Logo, tais informações devem ser analisadas de forma conjunta com dados qualitativos para uma interpretação mais completa.

5. OS RESULTADOS E CONQUISTAS DA PLATAFORMA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A PMS busca uma organização e uma formação em rede para reivindicar uma reforma no sistema político brasileiro. Os principais resultados obtidos até março de 2008 foram:

- Lançamento da frente parlamentar por uma reforma política com participação popular;
- Audiências com lideranças partidárias (PSOL, PMDB, PSDB, PT, PTB)
- Projeto de Lei n.º 4718
- Influência na reformulação da Lei Orgânica do Município de Fortaleza

Ressalte-se dentre os resultados obtidos o projeto de lei 4718 e a influência de movimentos na reformulação da Lei Orgânica de Fortaleza. A primeira iniciativa foi obtida através do uso da CLP (Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados Federais). Trata-se de um canal de participação da sociedade civil organizada onde se propõem projetos de lei e emendas orçamentárias para apreciação dos deputados. A referida lei foi proposta pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil, que compõe a PMS) se valendo deste canal participativo. Quanto a Lei Orgânica de Fortaleza, trata-se de uma conquista muito significativa que confere poderes de veto para a população acerca de vários temas e ainda regulamenta a participação da sociedade na política do município. É sem dúvida um avanço no que tange a participação popular enquanto alternativa contra-hegemônica.

6. CONCLUSÃO

Os novos paradigmas advindos com a Sociedade em Rede exigem arranjos novos para observação de fenômenos novos. Em um cenário de disputas hegemônicas e contra-hegemônicas intensificado pelas tecnologias da informação e da comunicação, o uso da metodologia de análise de redes sociais se mostra apropriado para entender e representar o fluxo de informações e relações em organizações complexas como a Plataforma de Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político (PMS). Há um amplo leque sobre a aplicabilidade dos estudos em situações distintas.

Esta metodologia confere uma representação gráfica capaz de informar e indicar uma ordem que não pode ser entendida por unidades individuais (MARTELETO, 2001). Principalmente em um ambiente de conflitos entre ações na luta pela hegemonia.

Ressalta-se, entretanto, que na leitura das redes, a questão do poder também é algo presente e da mesma forma que a PMS busca uma via para democratizar o poder para equilibrar o “jogo” político existem organizações que não pretendem cedê-lo.

Através deste trabalho percebem-se quais são os atores com mais influência e mais poder na rede PMS, nos processos de comunicação e no fluxo de informações.

Alguns apontamentos para futuras pesquisas vão à direção da complementação de estudos qualitativos combinados à análise de redes. Este esforço inicial para mapear uma rede de organizações complexa, apresentou um conjunto de nuances e informações interessantes sobre a PMS, demonstrando como uma rede contra-hegemônica se organiza e se comunica através (não somente) da Internet, indicando que os embates entre hegemonia e contra-hegemonia na sociedade em rede possuem outra faceta.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEJANDRO, V.A & NORMAN, A. G. Manual Introdotório à Análise de Redes Sociais. UAEM – Universidad Autonoma Del Estado de Mexico. 2005.

CASTELLS, M. **A sociedade em Rede**. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 2007.

_____. **Hacia el Estado red? Globalización económica e instituciones políticas en la era de la información**. Seminário Sociedade e Reforma do Estado, 1998, São Paulo.

COSTA, Larissa et al. (Coord.). **Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização**. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

GENRO, T. **Crise da Democracia: Direito, Democracia direta e Neoliberalismo na Ordem Global**. Ed. Vozes, Petrópolis-RJ, 2002

GÓES, L. T. **Contra-hegemonia e Internet: Gramsci e a Mídia Alternativa dos Movimentos Sociais na Web**. Anais do IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Nordeste, Salvador, 2007.

MAGALHÃES, J. Q. **A crise da democracia representativa. O paradoxo do fim da modernidade**. In: "A priori", Disponível em <<http://www.apriori.com.br/>> Acesso em maio de 2008.

MARQUES, E. C. **Redes Sociais e Instituições na Construção do Estado e da sua Permeabilidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais vol.14 n.41 São Paulo Out. 1999.

MARQUETTI, A. et alli.(Org) **Democracia Participativa e Redistribuição: Análise de Experiências de Orçamento Participativo**. Ed. Xamã, São Paulo, 2008.

MARTELETO, R. M. **Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação**. Revista Ciência da Informação, vol.30 no.1 Brasília Jan./Apr. 2001

NOGUEIRA, M. A. **Cidadania, Crise e Reforma Democrática do Estado. Perspectivas**. Revista de Ciências Sociais. São Paulo, vol. 22, 1999, pp. 61-84.

_____. **Organizações complexas e sociedade da informação - O “sofrimento” como metáfora organizacional**. Revista O&S vol. 10, nº 28, set/dez 2003, p. 145-162.

PMS. **Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política – Cartilha de Estudo**. PMS, 2008. Disponível em www.reformapolitica.org.br acessado em julho de 2008.

RDH, **Relatório de Desenvolvimento Humano – 2006**. ONU/PNUD, 2006. Disponível em www.pnud.org.br/rdh acessado em julho de 2008.

TOMAÉL, M. I. et alli. **Das Redes Sociais à Inovação**. Revista Ciência da Informação, Brasília, v. 34, n. 2, p. 93-104, maio/ago. 2005

¹ Este software é desenvolvido pela empresa *Analytic Technologies* e possui uma versão de demonstração disponível em <http://www.analytictech.com/>